

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

PROJETO DE LEI Nº 3.021, DE 2011

Acrescenta o inciso III ao art. 30 da Lei nº 11.196, de 2005, que "Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica."

Autor: Deputado RUBENS BUENO

Relator: Deputado ALEXANDRE
LINDENMEYER

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.021, de 2011, acrescenta o inciso III ao art. 30 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, que criou o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES e dá outras providências. Essa norma instituiu diversos benefícios fiscais e derivou da aprovação da Medida Provisória nº 255, de 1º de julho de 2005, denominada à época "MP do bem".

Entre esses benefícios, estava a desoneração da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Confins e da contribuição para o Pis/Pasep nas vendas a varejo de máquinas automáticas de processamento de dados (microcomputadores) e seus periféricos (art. 28).

O texto original da Lei, em seu art. 30, limitava a desoneração às vendas efetuadas até 31 de dezembro de 2009, sendo esse prazo posteriormente prorrogado até o final de 2014, no texto então vigente no



momento da apresentação do Projeto de Lei em análise. A proposição propunha a manutenção, por prazo indefinido, do benefício supracitado para pessoas com idade superior a 60 anos, alterando o mencionado art. 30.

O projeto foi distribuído às Comissões de Ciência, Tecnologia e Inovação, de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania. As últimas duas para análise: de adequação financeira ou orçamentária e de mérito; e de constitucionalidade e de juridicidade, respectivamente, conforme art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, em 26/04/2012, foi apresentado o parecer do Relator, Dep. Sandro Alex (PPS-PR), pela aprovação e, em 23/05/2012, aprovado por unanimidade o parecer. Na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), em 19/10/2012, foi apresentado o parecer do Relator, Dep. Lael Varella (DEM-MG), pela aprovação, porém não apreciado.

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do RICD.

O projeto não possui apensos e não foram apresentadas emendas no prazo Regimental nesta Comissão

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Inicialmente, destacamos que somos favoráveis à iniciativa proposta. A inclusão digital da pessoa idosa é cada vez mais importante não só para o incremento de sua qualidade de vida, mas também para sua manutenção ou inserção no mercado de trabalho. Para isso, é relevante o benefício proposto, que visa facilitar a aquisição de equipamentos de informática por essa parcela da sociedade.



Porém, cabe ressaltar que a proposição em análise foi apresentada há onze anos atrás. Desde sua apresentação, o art. 30 da Lei nº 11.196, de 2005, sofreu inúmeras alterações, prorrogando-se sucessivamente o prazo do usufruto do benefício ali definido, até sua revogação completa do incentivo pela Lei nº 13.241, de 30 de dezembro de 2015.

Assim, da forma como está proposta, a redação do Projeto de Lei não teria qualquer efeito, pois o prazo a que se refere o inciso inserido no art. 30 consta em outro inciso que já está revogado. De fato, devido a alterações de redação, a redução das alíquotas das contribuições, antes da sua revogação, estava disposta no art. 28-A da Lei nº 11.196, de 2005.

Por essas razões, resolvemos apresentar Substitutivo à proposta em análise, que visa garantir os incentivos sugeridos, apenas adequando o texto do PL às modificações legislativas realizadas posteriormente à sua apresentação.

Portanto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.021, de 2011, na forma do Substitutivo apresentado.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado ALEXANDRE LINDENMEYER
Relator

2023-15957



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

SUBSTITUTIVO AO PL Nº 3.021, DE 2011.

Altera o art. 28-A da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, a fim de desonerar da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins e da Contribuição para o Pis/Pasep as vendas no varejo de equipamentos de informática para pessoas enquadradas no Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003."

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 28-A da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 28-A.

.....

IV - reduzidas em 100% (cem por cento), para as vendas efetuadas à pessoa idosa, conforme dispõe o art. 1º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso.

§1º O benefício de que trata o inciso IV deste artigo somente poderá ser usufruído pela pessoa idosa uma vez a cada 3 (três) anos.

§2º O Poder Executivo regulamentará o disposto neste artigo." (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado ALEXANDRE LINDENMEYER
Relator

2023-15957

